

aprovados na sessão anterior para que as Comissões técnicas se reunissem para
 estudar e votar em conjunto aos respectivos projetos: projeto de lei nº 013/2008 - b.b. nº
 12/2008, projeto de lei nº 004/2008 - b.b. nº 3/2008, projeto de lei nº 006/2008 - b.b. nº
 5/2008, projeto de lei nº 007/2008 - b.b. nº 6/2008, projeto de lei nº 008/2008 - b.b. nº
 7/2008, projeto de lei nº 009/2008 - b.b. nº 8/2008, projeto de lei nº 010/2008 - b.b. nº 9/2008
 e projeto de lei nº 011/2008 - b.b. nº 10/2008, não colocar em votação o parecer favor-
 ável em conjunto das Comissões técnicas aos projetos citados bloqueado em vota-
 ção, foi aprovado o parecer favorável em conjunto das Comissões técnicas, estando
 habilitado, pelo o projeto acima citados, a ser votado. Nada mais havendo a fazer,
 o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para com-
 tar mandei que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, subscrita e apre-
 sentada, lida, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Doutor Edgardo
 < [assinatura]

Ata da Quarta Sessão Ordinária do Órgão
 do período de trabalho da Câmara Munici-
 pal de Cubatão, realizada no dia 21
 (vinte e um) de fevereiro do ano de 2008
 (dois mil e oito).

Os dias e horas do dia 21 (vinte e um)

de fevereiro do ano de 2008 (dois mil e oito) sob a presidência do Vereador Sr.
 Arnaldo Simas de Azevedo, com a cooperação da primeira secretaria "ad hoc"
 pela Vereadora Kelly Chiquetti de Aguiar, reuniu-se Ordinariamente a Câmara
 Municipal de Cubatão. Após o início, responderam a chamada regimental os
 seguintes vereadores: Aires Braga de Aguiar, Alexandre dos Santos, Arnaldo
 dos Santos, Douglas Gonçalves, e Jânio dos Santos. Não havendo número
 regimental, o Senhor Presidente encaminhou ao preito regimental solicitação
 ao Senhor Primeiro Secretário a leitura dos seguintes Atos: Ata da Quarta
 Sessão Extraordinária e Ata da Quinta Sessão Extraordinária, que após
 a leitura, colocados em votação, foram aprovados. A seguir, não havendo
 expediente para se lidar, o Senhor Presidente encerrou a Tribuna dos
Deputados. Depois a Tribuna como usual, o Orador Invitado, o Vereador
Jânio dos Santos, que inicialmente comentei sobre uma denúncia

anônima, destacando que o Serviço Social da Prefeitura utilizava carteiros, este-
 dupes, com promessas de bobas de estudo que fariam racionamento. Ressaltou que po-
 de haver de denúncias anônimas a respeito do fato. A seguir, disse que os depósitos
 de materiais revelavam uma situação embaraçosa de ratos, baratas, mosquitos
 que esboçavam em risco a população, assim tinha vários resíduos quanto a
 situação do depósito em área urbana. Observou-se a situação uma abru-
 dade importante, mas que deveria ser devidamente regulamentada. Um o que
 que restava convites de moradores do Luz Alto no Bairro Aquário, que den-
 daram velas para comemorar o aniversário do início da obra na cidade, no
 que se encontrava com paralelos espalhados impedindo o trânsito dos morado-
 res. Disse ainda que pelas comunidades providenciaram manifestações para
 manter um nível de também sofrerem com obras inacabadas como a água
 e o fornecimento de água. Quando disse, mencionando, disse que en-
 tre com requerimento na Casa Legislativa, solicitando a demolição de con-
 tinuação do prédio localizado na Rua do Fico, visto que o mesmo já com-
 tava para abrigar uma Casa de monitoramento, mas qualquer lugar
 poderia servir para a maioria do local seria prejudicial aos equipamentos
 assim, o prédio era usado por marginais e mendigos, não sendo viável a
 manutenção do mesmo. Continuando, falou sobre o parque estadual, informan-
 do que havia um contingente de quarenta mil pessoas na floresta de Espirito
 Santo, que a previsão era de um milhão e meio de reais necessários para o
 pagamento do aluguel e concessão de prêmios, o orçamento "sobreavido" o
 que era inadmissível. afirmou que a responsabilidade da legislação sobre o
 documento cabia à Câmara Municipal, portanto, a Casa deveria se mobilizar
 no sentido de tornar possível a proposta. afirmou ainda que o Município de
 Irapueta deveria apresentar um documento na Câmara, que no período de
 três meses faria uma apresentação de dados, em decorrência do sistema,
 mas que, eventualmente houvesse após três meses, repatriar o sistema de
 ensino no ensino para as tarifas normais, ou seja, para os não matricu-
 los no programa de passagem a um real, visto que tal aumento era um anti-
 do, em decorrência de que os passeiros do dependente, idosos, estudantes e
 portadores de doenças crônicas eram pagos pelo município. mencionando
 disse que estava no município de Vitória, como para que havia um
 diferencial no sistema, portanto, uma vez que os alunos eram pobres e

que em barreira, como também em das Pedras d'Alcoba, a taxa sem subsídio
 estava apenas um real, e que nos dois municípios os terrenos eram muito
 maiores que em Cabo Frio. Em aparte, disse o Vereador Alfredo Luis da Gama
 Gonçalves, que estava interessado em levantar tais dados e arquivá-los, tendo
 no de triumphos com relação a possibilidade de diminuição do valor real
 da propriedade. Refutando a palavra, o orador vereador João Mendes, disse a
 importância de que fossem garantidos os direitos dos cidadãos, e que caso o
 município tivesse errado nos cálculos seria coerente que reconstruísse o equívoco
 continuando, comentou sobre os contratos temporários, sublinhando que a taxa
 elaria e vizaria que os contratos temporários seriam de dois anos com prorroga-
 ção e em Cabo Frio já havia dez ou doze anos de contratos. A seguir, disse que
 que na ocasião em que atuava como Secretário de Administração a arrecada-
 ção era de cinquenta milhões de reais e a folha de pagamento comprava
 quarenta e nove por cento da receita e no governo atual a arrecadação era
 de quarenta milhões de reais, quando a folha chegava ao patamar de cin-
 quenta e três por cento da receita. Disse que um funcionário que ganhava
 quatro mil reais em governo anterior, na atual administração, ganhava
 nos dois mil, estar tomando providências junto ao Ministério Público, no
 sentido de que fossem realizados concursos públicos. Disse, ter ficado preocu-
 pado com a diminuição do Vereador Alexandre, em sessão anterior, com relação
 ao elevado número de plantas e horas extras, assim, era necessário meca-
 nismo para o controle da folha de pagamento. Observou, que era comum
 em Cabo Frio a contratação de funcionários "juntos mais" e pior ainda
 era a nova prática da utilização da folha de pagamento para o desvio
 de dinheiro público, que mereceu uma profunda reflexão na parte dos outros
 vereadores, no que encadeou sua fala. Nada mais havendo a falar, o Senhor
 Presidente encerrou a presente sessão em nome de Deus. E, para constar
 mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, submetida e
 aprovada, fosse assinada para que produza seus ef-
 eitos legais.



Rute Schmidt.